



# CONFRONTAÇÃO LESTE/OESTE: ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS

Geraldo de Heráclito Lima

*O assunto foi apresentado em exposição realizada pelo autor, no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), e publicado no Caderno nº 3, de setembro de 1983, dessa entidade. Sua importância e atualidade dispensam comentários, e a autoridade do expositor caracteriza o trabalho como fonte preciosa para o entendimento da conjuntura a que se subordina o próprio destino do nosso mundo.*

## O CENÁRIO

**A**ntes de tratarmos da confrontação propriamente dita entre o Leste e o Oeste, permita-se-nos caracterizar o seu cenário, para que melhor se possa compreender a sua natureza e as diferentes modalidades que poderá vir a assumir.

Não há senão duas hipóteses logicamente possíveis: coexistência ou confronto, cada uma com duas variantes:

*Coexistência pacífica*, resultante de uma revisão dos dois sistemas antagônicos de vida e de filosofias políticas, que os leve a uma convergência real, capaz de assegurar a paz duradoura.

*Compromisso pragmático de paz*, fundado no equilíbrio de forças, capaz de promover o respeito mútuo e, por consequência, a paz, ainda que instável.

*Confrontação diplomática*, em que, reconhecendo ambos os blocos a utilidade da paz, optem pela variante de menor risco de conflagração, com a vantagem de não abdicarem de suas postulações e de prosseguirem o duelo do poder e da hegemonia, com os resultados a obter avaliados em face dos graus de riscos na sua consecução. Não exclui esta variante a possibilidade de conflitos armados em áreas de grande valor estratégico, cujo domínio seja essencial a seus objetivos, tomadas as devidas cautelas de, por razões



táticas, limitá-los, impedindo-lhes a escalada ou a globalização.

*Confrontação global e armada*, tipo clássico de conflito, que a História registrou em 1914/18 e em 1939/45, e que muitos cientistas políticos acreditam obedecer a ciclos inexoráveis, de conseqüências imprevisíveis (agora dramaticamente classificada como hecatombe nuclear e até apocalíptica).

A primeira modalidade tem contra si a Lógica e a lição secular da História.

A Lógica, porque é pouco provável a convergência, mesmo que se dê tempo ao tempo, de dois sistemas que se ancoram em premissas não apenas contrárias, mas que se contraditam, se excluem mutuamente. As aparências de convergência de um capitalismo que se humaniza, que cria mecanismos de transferência que levem a uma melhor justiça social, com um comunismo que, ao sair da teorização cerebrina para a dura realidade da aplicação, sofreu e sofre um processo de revisão, não são mais que aparências de superfície, porquanto o que está em jogo são valores de muito maior profundidade, tanto nos seus aspectos operacionais (como, por exemplo, o princípio da representação popular *versus* o da autocracia, o do pluripartidarismo *versus* o partido único e monolítico, o da centralização *versus* a descentralização administrativa), como nos filosóficos (como, por exemplo, se o Estado existe para servir ao homem ou se este não é senão escravo daquele), para não entrar em questões que envolvem toda uma carga de civilização de

concepção greco-romano-judaica, eminentemente espiritualista, negada pela outra, de conteúdo materialista e agnóstico.

Se alguns sociólogos argutos apontam "posturas trocadas" nos dois blocos de poder (como, por exemplo, uma União Soviética representante do coletivismo, mas de tradição individualista tão intensa que obriga a campanhas freqüentes de combate ao "culto da personalidade", e uns Estados Unidos defensores do individualismo, mas que apresenta o espetáculo quotidiano do "espírito comunitário"), não são senão comparações pitorescas, que não autorizam a enxergar, na prática, sinais de convergência real.

A História, porque não há exemplo, na longa convivência humana, de Estado poderoso que, tendo levantado suas bandeiras, colocado à frente seus objetivos, seus valores, sua doutrina, voluntariamente deles abdicasse, nem nenhuma quadra em que o mundo estivesse em paz perfeita e não registrasse nenhum duelo de poder, em lactência ou virtual.

A segunda modalidade — do compromisso pragmático de paz — é, ao contrário, o quotidiano da História, a característica própria da vida internacional, em que os antagonistas invariavelmente reconhecem a utilidade da paz, sem, entretanto, renunciar a impor a sua vontade e os seus objetivos de poder, recorrendo à força como método contingencial, mesmo se levarmos em conta que os conflitos armados do passado foram de menor extensão e efeito destruidor, representando opção de menor responsabilidade e,



por isso, mais aceitável. Essa modalidade, a rigor, não é mais coexistência, por não excluir a possibilidade de conflito armado por tratar de "paz armada" escorada num equilíbrio instável, dinâmico e fluido, em que o método, por razões táticas, dá prioridade à paz como mais vantajosa. Entre essa modalidade e a confrontação diplomática, a diferenciação é difícil de visualizar, de vez que ela se dá mais no campo das intenções.

A terceira e a quarta modalidades são de confronto. Nelas as intenções estão definidas, e os objetivos de um lado e do outro podem ser visualizados, sendo desconhecidos apenas os meios, a oportunidade, as simulações e o local onde se desenrolarão as ações dos adversários.

Nesta altura do raciocínio, é necessário que caracterizemos a presente conjuntura internacional, para dela extrairmos a sua especificidade (ou seja, os elementos que a distinguem de qualquer outra fase da História), e, assim, pelos sintomas e pelos seus traços dominantes, tentar determinar a modalidade da confrontação Leste/Oeste, já que pela própria enunciação do tema não se admite senão a confrontação.

As dominantes ou características do nosso tempo, como nós as vemos, são a disparidade vertiginosa de forças, a conversão do mundo em "aldeia global", a exponenciação do poder no mundo atual, a descolonização maciça e a paridade de forças entre EUA e URSS.

**A disparidade vertiginosa**, sem par na História, **de forças** entre as duas maiores potências e os demais

membros da Sociedade Internacional, em todos os campos da aplicação do Poder: no econômico, no financeiro, no comercial, no tecnológico, no militar, e na sua síntese, que é o campo político. Nunca, em nenhuma época, os tetos de poder de dois Estados estiveram em níveis tão mais elevados em relação aos dos demais, o que torna extremamente difícil para estes conceber esquemas de equilíbrio global como no passado.

A da **conversão do mundo em "aldeia global"**, pela multiplicação fantástica dos meios de comunicação (do rádio, do telefone internacional, da televisão, do satélite, do avião supersônico), criando extensas redes de interdependências internacionais; a transformação do mundo das ilhas humanas na realidade de um mundo só, do homem de horizonte municipal ou nacional no que ganha consciência de sua dimensão universal (a despeito de guardar naturalmente suas características nacionais). É também fenômeno único de nossa época, que, se teve suas evidentes vantagens, teve, por outro lado, seus inconvenientes, de vez que, sem a preparação psicológica desejável, precipitou, pela sua rapidez, o fenômeno da comparação dos padrões de vida e fez nascer o das expectativas crescentes, pois, de chofre, aproximou "os que têm" do mundo desenvolvido (da "sociedade de consumo", dos que vivem em países com suficiente acumulação de capital que lhes permite fruir os benefícios do lazer, da assistência social), dos "que não têm" (que se encontram ainda no período de



formação de capital em condições que, qualquer que seja o regime ou a prioridade, têm de se dedicar necessariamente ao trabalho e não ao lazer, à poupança e não ao consumo, em que só é possível conceder benefícios de assistência social em escala reduzida, sem que se chegue jamais a fechar o *gap* muito dispar e crescente com "os que têm"). Em uma palavra, a parafernália das comunicações rápidas colocou em confronto, de um momento para outro, o rico ou satisfeito e o pobre ou reivindicante, o poderoso e o fraco, gerando o desejo natural do ter e a necessidade de defesa e segurança em face dos chamados "arsenais de pavor" dos dois blocos em confrontação.

A da **exponenciação do poder no mundo atual**, dando-se mais pela qualidade do que pela quantidade, ou seja, pelo surgimento da tecnologia na equação do poder, que não é, se examinarmos bem, senão a expressão qualitativa do capital a assumir feição crucial, e a perda de substância de outros componentes da equação: potencial demográfico, território, comércio ou capital mercantil, indústria ou capital em forma de máquinas e equipamentos e equipamentos e tecnologia (ou capacidade, não mais de produzir somente maquinaria e equipamento cediços, mas sobretudo os de último tipo ou, no jargão da moda, os de última geração ou de indústria de ponta). É outro elemento específico da atual conjuntura o surgimento de balísticos intercontinentais, de ogivas nucleares, de equipamentos eletrônicos de ataque e defesa de sofis-

ticação jamais vista, que dão ao poder um aspecto crucial de sua qualidade mais do que de sua massa ou quantidade (o que torna, diga-se de passagem, extremamente difícil a medição do poder dos dois blocos, porquanto qualidade é, obviamente, difícil de quantificar). Se bem que na última conflagração mundial já desse um sinal claro da sua importância (pelo emprego de maquinaria de guerra de qualidade assinalada), hoje, mais do que nunca, o fator tecnológico é o decisivo, mesmo na guerra convencional.

A **descolonização maciça**, na Ásia e na África, fato sem precedente na História, pois significa área superior à da União Soviética (24 milhões de km<sup>2</sup>), implicando num imenso vácuo de poder em áreas sem tradição de independência, que passaram a ser objeto da confrontação. As consequências desse processo virão com alguma lentidão, mas irão afetar substancialmente os países da Europa, antigas metrópoles, na medida em que as antigas colônias resolverem optar por outros mercados para vender suas matérias-primas, e, em consequência, por outros para comprar as manufaturas que lhes forem necessárias.

A **paridade de forças** entre os dois núcleos do poder — os **EUA** e a **União Soviética** — é um princípio que não constitui novidade, velho como a Sé de Braga mas não caduco. Isso assegura a paz, ainda que instável, pelo equilíbrio dos pratos da "balança do poder". Enquanto esse equilíbrio for válido para ambos os blocos, nenhum deles arriscará a conflagra-



ção global, isto simplesmente porque os riscos são maiores do que os resultados a obter. São as desvantagens de uma guerra sem vencedor. É esse princípio, o único que não tem efeito desagregador, que leva os blocos antagônicos à modalidade da "confrontação diplomática" (a qual não exclui as contingências de conflitos armados, desde que localizados e isolados), em que ambos os blocos têm por objetivo procurar a "ruptura do poder" em seu favor e ir expandindo gradualmente a sua esfera de influência e domínio de forma a levar o adversário à capitulação por seu gradativo isolamento.

Esse método da confrontação diplomática apresenta, para ambos os blocos, várias vantagens: manter os riscos sempre abaixo do valor dos ganhos ou perdas; não abdicarem de seus objetivos de poder, jogando com um conceito de paz eminentemente dinâmico, em que ambos desequilibram os patos da balança provocando sucessivas rupturas deste equilíbrio pelo uso de um meio mais elegante e mais civilizado – o emprego da diplomacia (entendida como arte do confronto por meios pacíficos), onde a ciência e a arte das alianças tiram de seus arsenais todo tipo de instrumental: alianças, assistência econômico-financeira, pressões comerciais, infiltração no próprio campo do adversário, exploração de qualquer debilidade interna, provocação de conflitos armados para o desgaste do adversário, neutralização de áreas que lhe sejam desfavoráveis; enfim, todos os recursos diplomáticos capazes de expandir a área de influência e domínio de um e de reduzir a do con-

tendor, levando-o ao isolamento e capitulação pela via de menor risco. Esse é o tipo de confrontação entre o Leste e o Oeste desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo muito pouco provável que os Estados Unidos e a URSS embarquem num curso de confronto global, a não ser por desespero.

O mais relevante desse diagnóstico não é tipificá-lo, rotulá-lo como confrontação diplomática, mas a sua consequência lógica, que é da maior importância: a de que a confrontação importante, em toda probabilidade, se travará nas áreas periféricas e jamais nos núcleos centrais de poder – Oriente Médio (produção de petróleo), Chifre da África (controle e fechamento da rota do petróleo no Índico, no seu ponto inicial), Cabo da Boa Esperança (com a alternativa de Diego Garcia), o Caribe (Canal do Panamá), Gibraltar (controle da entrada do Mediterrâneo). A aceitação de que o "rompimento do equilíbrio" se dará pela periferia (e não nos centros de poder) coloca em relevo o valor dessas áreas, bem como coloca como crucial o comportamento dos países da periferia em relação aos dois blocos antagônicos.

Vale recordar que, logo após a Segunda Guerra Mundial, logo após o período da Reconstrução, os países da Europa Ocidental, preocupados com a sua segurança e sentindo a confrontação (já aparente mesmo durante a Guerra, e hem mais visível nos problemas da paz, quando o Exército Vermelho marcou os limites de sua órbita de influência no Poder), conceberam esquemas de poder baseados na unificação do Ocidente Europeu. Pensou-se muito, naquela



época, na constituição de uma Terceira Força ou Posição, capaz de assumir uma postura de política externa independente em relação aos Estados Unidos e à URSS, e, sobretudo, em posição de exercer mediação entre as duas potências (o que seria de grande utilidade para ambas), tendo esses países de poder médio (que alguns cientistas políticos denominaram "potências por cortesia") encetado o trabalho no campo de menor resistência — o econômico — quando se estabeleceu por meta uma união aduaneira — o Mercado Comum Europeu — para demonstrar aos próprios participantes as suas vantagens. Reconhecia-se que o campo político não estava maduro ainda para um trabalho dessa envergadura, de vez que as feridas dos conflitos franco-alemães de 1840, 1918 e 1945 não estavam cicatrizadas, e que o êxito da unificação econômica conduziria insensivelmente à união política (o que de fato ocorreu), e a própria Inglaterra, hesitante, cuja política fora a de manter a Europa dividida para poder comandá-la, acabou curvando-se à evidência de integrar o bloco.

Surge, então, a Europa Supranacional, razoavelmente coesa mas com um novo posicionamento. Não mais uma Terceira Posição, pois mesmo unificada, coesa, com seu poder substancialmente ampliado, não tinha condições de aspirar ao objetivo originalmente colimado, mas como reforço da posição norte-americana, como contrapeso à influência russa na Europa (de vez que a resposta soviética tinha sido a formação do COMECON e do Pacto de Varsóvia), definindo-se nitida-

mente dois campos de poder exponeciados em todas as suas expressões: na econômica, na financeira, na comercial, na militar, na tecnológica e na política. Os Estados Unidos, como pólo de poder na área do Atlântico Norte organizada política e militarmente pela NATO e econômica e comercialmente nucleada na CEE, e a URSS, o outro pólo, comandando extensa área territorial na Europa Central, organizada em torno do Pacto de Varsóvia e do COMENON.

A fantástica exponenciação de poder dos dois blocos antagônicos aumentou a dramaticidade da bipolaridade do poder, porquanto, se a diferença de poder dos Estados Unidos e da URSS em relação a terceiros já era vertiginosa, agora ampliou-se além de qualquer adjetivo, o que deixou os terceiros países perplexos, a procurarem construções engenhosas que os eximissem de alinhamento: ora a tentativa da Índia de criar um Bloco dos Países Neutros (o qual não teve condições de se afirmar, porque, se eliminava o risco do alinhamento, não tinha condições de assegurar a seus eventuais participantes a própria condição necessária de existência, o respeito à neutralidade e, por conseguinte, a garantia da sua segurança), ora a tentativa de alguns países de grande valor estratégico (alguns deles por isso mesmo sentindo-se ameaçados na sua segurança, como o Egito, a Iugoslávia, e outros), com a proposta do Grupo dos Não-Alinhados, a qual era também carente de garantia de segurança. Outras construções exploraram afinidades raciais, como o Bloco Africano, o Bloco Afro-



Asiático, resultando em organizações que promoveram solidariedade entre seus membros mas não têm características de aliança ou de religião idênticas às do Bloco Árabe (esse, com mecanismos mais aperfeiçoados de segurança e defesa, como a Liga Árabe). A chave do desfecho da confrontação dependerá, em muito, das reações desses terceiros países ante os dois blocos.

A única tentativa de relativo êxito foi, nesse particular, a do General De Gaulle, baseada no raciocínio de que a França não precisaria de força igual à dos Estados Unidos ou da URSS para impor uma conduta externa independente, mas de uma *force de frappe*, capaz de retaliar quem quer que desejasse ameaçar a sua segurança. E esta tem suas vantagens: permitir assumir posições que convenham ao seu interesse nacional, caso por caso; alçar-se como mediadora em determinados problemas em que os seus interesses nacionais não sejam os mesmos do Bloco Europeu; e, sobretudo, valorizar ao máximo o preço da sua aliança. É uma construção, entretanto, que não tem valor como uma opção para terceiros países, só interessando à França, porquanto não é capaz de prover respaldo senão em seu território. É concepção que revela inspiração bonapartista, ociosa da soberania e da *grandeur* da França, que lhe permite guardar certa liberdade de manobra, mas será sonho pensar que tenha condições de tomar posições contrárias ou divergentes dos países da área em que está imbricada política, econômica, financeira e militarmente. Assemelha-se a uma posição de neutralidade

de qualificada, em que a França assume o papel de uma carta importante, de trunfo ou de coringa, buscando a posição de desempate na ocasião oportuna.

Outra tentativa habilmente construída, aproveitando a posição de eminência que tem na sua área geográfica, é a da China. A tomada de poder dos comunistas em Pequim e seu programa de modernização surgiram como fatores novos, inquietantes (sobretudo no Extremo Oriente), pelo que os observadores internacionais seguiram atentamente seus passos com vistas a desvendar o enigma ou os enigmas: seria a China o reforço que o Bloco Soviético necessitaria para promover o desequilíbrio do poder no teatro do Extremo Oriente (como parecia indicar pelo posicionamento que tomou nos casos da Coreia e do Vietnã, de ameaçar o Japão); ou seria, na realidade, não um novo desafiante, porém mais um outro propugnador de uma "Terceira Posição", capaz de arrastar a Ásia para a sua liderança? Os desenvolvimentos que se sucederam em Pequim, as suas divergências com a URSS, o "namoro" com Nixon, o relacionamento do "cordão sanitário" que os Estados Unidos lhe tinham imposto levantaram um pouco o véu e parecem mostrar (sem se descartar a possibilidade tática) sua disposição de isolar-se da confrontação Leste/Oeste enquanto a conjuntura internacional lhe permitisse, para concentrar-se na batalha interna de se tornar, de fato, uma nação poderosa, para o que se posicionaria com relativa equidistância em relação aos dois blocos, de modo a tirar o melhor partido, pelo



aumento de seu poder de barganha, para angariar no exterior – através de acordos de comércio e de assistência econômica, financeira e tecnológica – a massa de recursos de que necessitasse para mudar a imagem que tinha (e ainda tem para muitos) de “tigre de papel”. A permanecer fiel a toda uma linha de conduta ao longo da sua história (marcada por uma série de desastres, onde esteve, algumas vezes, à beira da desagregação) a China nunca desistiu, nos momentos mais difíceis, de posar como potência. Sua enorme massa em território e recursos naturais e seu contingente demográfico (por mais baixos que sejam os seus padrões de vida) impulsionam o país a aspirar a não ter um papel secundário.

## O PERFIL DA URSS

As circunstâncias que presidiram ao nascimento da Rússia já lhe dão uma alma, marcam seus objetivos nacionais permanentes, e deixam entrever, desde então, sua força e suas fraquezas congênicas.

No campo aberto das estepes, uma massa de camponeses aglomerou-se ao longo dos rios que ligam o Norte e o Sul da Europa, tornando-se as vítimas preferidas por séculos (os poloneses da época) das hordas mongólicas que, em ondas sucessivas, desembocaram na Europa. Esses camponeses não tiveram capacidade de se proteger senão quando os escandinavos e os povos do Báltico – é importante notar esse fato – começaram a freqüentar aquela região e a oferecer-lhes, a esses “es-

lavos”, proteção em troca de obediência, para que não fossem submetidos aos mongóis nem capturados e vendidos como escravos (daí o nome eslavos, de *sclavus*) na Itália, no Egito, no Oriente Médio e na Turquia. Constantinopla, o vizinho que os eslavos contemplavam com êxtase, não os podia socorrer, e, assim, tiveram eles de admitir que aqueles mercenários se ocupassem da sua defesa militar e se instalassem no poder. Essa a origem de Kiev, Novgorod e Moscou, os três Khanatos cuja fusão, ao tempo de Ivã, o Terrível, constituiu o núcleo do qual nasceu o Estado russo, quando o autocrata recusou-se a pagar tributo à Horda de Ouro.

Essas circunstâncias de nascimento determinam os traços dominantes de sua personalidade nacional:

a) *Autocracia*, instalada por um grupo não nacional, cujo pacto social não era a subordinação das massas, mas sua obediência cega em troca de proteção, com o natural corolário de que o acesso ao poder se dava pelos processos das pequenas camarilhas palacianas. A História russa é abundante em exemplos desses processos, dos quais o povo não participava senão como mero espectador.

b) *Nacionalismo*, de vez que no poder, o autocrata tomava suas precauções para não ser derribado, e, para isso, nada melhor do que nacionalizar-se, do que interpretar as aspirações da massa dando-lhe consciência nacional, uma motivação, uma mística capaz de tirá-la da letargia, sem pedir-lhe participação,



mas apenas confiança. Nada melhor do que buscar na alma das próprias massas, profundamente religiosas, que se extasiavam tanto com Constantinopla como os cristãos com a visão de Roma, para lhes dar a mística, a doutrina e a mensagem do Estado czarista.

c) *Expansionismo*: Roma caíra e Bizâncio também, e eis que surge a palavra de ordem, o desafio para Moscou: "Aqui será a Terceira Roma, o centro da cristandade, do império da ortodoxia, onde, dizia-se, pregara André, o primeiro apóstolo" – eis a missão nacional e evangélica do novo Estado. Isso só bastaria para justificar e dar respaldo religioso à vocação imperial, expansionista e catequética.

Quem visitar Moscou, não poderá deixar de perceber na arquitetura de suas antigas catedrais bizantinas, até nas cúpulas douradas e resplandecentes do cenário do Kremlin, os testemunhos em pedra dos restos de um passado morto – da Santa Madre Rússia – pela qual se bateram as legiões czaristas nos seus desígnios de expansão pela Europa. A princípio centrada no Norte Báltico, contrarrestada, a duras penas, pela Lituânia e os povos bálticos; depois, pelo centro, contida pelos Jagelões da Polónia; e, no século XIX, pelo sul, na direção do Bósforo e dos Dardanelos, procurando aproveitar-se dos despojos de "O Grande Enfermo", do colapso do Império Turco (que para eles era, na verdade, a "Sublime Porta", porque nela estava a saída para o Mediterrâneo).

Contida na Europa, restou-lhe a longa e penosa caminhada pelas estepe inclementes da Sibéria, reali-

zada com admirável tenacidade, porque a natureza ali conspirava contra tudo, desde os rigores das temperaturas árticas (50 a 80°C abaixo de zero), até a direção dos seus rios, que correm para o Pólo e não no sentido de marcha para o Extremo Oriente, obrigando uma colonização militar e penal com o estabelecimento dos *ostrogs* e dos 10.000 km de trilhos de Moscou a Vladivostok, que formam a espinha dorsal da Transiberiana. Se a Rússia pôde englobar 24 milhões de km<sup>2</sup> (a maior extensão territorial contínua do planeta, o "coração do mundo" de Mackinder, a partir do qual teria condições de exercer-lhe o domínio), assumiu, paralelamente, um passivo representado por problemas como o da sua bifrontalidade e o da incorporação de populações árticas, asiáticas e turcomanas, que muito poucas afinidades têm com o "escudo racial eslavo".

A bifrontalidade é até hoje problema sério porque obriga a URSS, na órbita internacional, a participar dos problemas de dois teatros da política internacional, a se manter alerta em duas frentes: a da Europa e a do Extremo Oriente. A dura lição da Guerra Russo-Japonesa, de 1905, de uma Rússia derrotada no Extremo Oriente antes mesmo que pudesse deslocar para lá recursos de defesa, não é para ser esquecida (daí o cuidado com que a URSS mantém sua vigilância sobre a China e o Japão). E, na órbita interna, se registrava a famosa polémica dos "eslavófilos versus ocidentalizantes" em que a nação já mostrava dúvidas quanto à sua identidade cultural (questão que teve repercussões



quando da Revolução Comunista, ao escolher-se entre São Petersburgo — a janela que Pedro, o Grande, abria para a Europa — e Moscou, como as verdadeiras raízes da nacionalidade), que se dirá agora, com a incorporação de inúmeros povos árticos da Taiga, da Ásia Central e do Turquestão, com línguas, religiões e costumes totalmente diversos? É o passivo da conquista, de como fazer conviver 169 grupos étnicos diferentes, com segmentos religiosos significativos de católicos, judeus, ortodoxos, budistas, muçulmanos, pagãos e de facção criada pelo Estado, os ateístas, e mais de 150 dialetos (que podem representar tudo, menos uma boa contribuição à "coesão nacional").

Esse expansionismo se explica porque quem examinar o seu mapa verá no gigantesco país um imenso urso com pulmões de rato, cercado de gelo do Ártico ao Pacífico, com apenas dois "respiradouros" ou portos livres de gelo: os do Báltico e os do mar Negro (que recebem seu oxigênio pelo Mediterrâneo), ambos ameaçados muito de perto pela Finlândia e pela Turquia, razão porque são áreas de capital importância para a URSS. À Finlândia, a URSS impôs a tese da "neutralização permanente" sob a alegação de que era imaginável admitir-se ali qualquer governo hostil, a pouquíssimos quilômetros de Leningrado, a ameaçar o seu respiradouro no Báltico, da mesma forma com que inovou o Direito das Gentes com uma nova tese de "soberania limitada" para os seus satélites, pois que são peças essenciais à sua segurança, o que demonstra que os formuladores de sua

política externa, ao buscarem inspiração na política diplomática de Napoleão das *Republiques Soeurs* como uma proteção acolchoada da segurança da França, foram muito além do Pequeno Corso. Com relação à Turquia, entretanto, não pode ainda invocar nenhuma doutrina que lhe dê direito a um protetorado no Bósforo e nos Dardanelos. Essas saídas para o mar não lhe dão liberdade para qualquer frota sua ingressar no Atlântico (onde está nucleado o poder do seu adversário), pois terá de vencer mais dois óbices: o Kategat-Skagerak (na saída do Báltico) e Gibraltar (na do Mediterrâneo).

A URSS tem, é verdade, outra alternativa: Archangel, no mar do Norte, com acesso direto ao Atlântico mas sujeito aos rigores do inverno flanco, onde sua diplomacia exerce domínio e influência por pressões freqüentes sobre a Noruega. Não será surpresa que ela busque outra saída pelo Índico, tanto pelo Irã como pelo Afeganistão-Paquistão. Se esse movimento de pinças pelo mar Vermelho e pelo Árabe tiver êxito (estimulando, no primeiro, um conflito limitado no chamado "Chifre de África" pelo controle do estreito de Bab-el-Mandeb, e, no segundo, o rompimento, através do Irã ou do Afeganistão, de um corredor para o mar), a URSS terá lavrado o seu maior tento, pois além de colocar um anel em torno do Oriente Médio (vale dizer, das reservas mundiais de petróleo), terá obtido nova saída no oceano Índico. O conflito no Chifre da África pelo controle de Bab-el-Mandeb é a tentativa de cortar, no nascedouro, a famosa



rota do cabo da Boa Esperança, por onde passam 60 a 70% dos fornecimentos de petróleo do Mundo ocidental.

A expansão soviética no Extremo Oriente, pela chegada da Estrada de Ferro Transiberiana em 1891 a Vladivostok, gerou dois problemas especiais: a) o da sua proteção, de vez que correndo no chamado "baixo ventre" da Sibéria, a pouquíssimos quilômetros da fronteira com a China e de suas antigas províncias chinesas, a Mongólia e a Tanu-Tuva (cuja independência foi fomentada pela URSS e que logo nesta se integraram, manobra clara para proteger qualquer interceptação chinesa nos 10.000 km entre Moscou e Vladivostok, o que desarticulava todas as comunicações da Sibéria, em particular as do Amur-Sungari, objeto de disputa secular por ser o único rio que desemboca no Pacífico e que corre no mesmo sentido da colonização); b) a necessidade de controle e domínio da Coreia, para garantir Porto Artur como terminal ferroviário transiberiano à famosa "Chinese Eastern Railway", evitando, de novo, os mares gelados, que fecham o porto de Vladivostok por seis meses.

Apenas para avivar a memória, recordemos que os pontos de fricção entre a China e a URSS são: (a) as fronteiras do Amur-Sungari; (b) a incorporação de Tanu-Tuva, Mongólia e Siangkiang, antigos territórios chineses essenciais à proteção da Transiberiana (com área correspondente a quase um terço da China atual); (c) o "incidente de Siangkiang" (a prisão, pelos comunistas, de Chiang Kai Shek, que resultou na demissão, por ordem do Comintern,

do líder comunista chinês Lilisan); (d) a desobediência chinesa ao Comintern, por ocasião da Longa Marcha, com o internamento dos participantes que se refugiaram na URSS; (e) a divergência acerca do método adequado para a tomada do poder na China: a tese russa das revoltas urbanas, baseadas no proletariado, *versus* a das áreas rurais apoiadas nos camponeses, sustentada pelos líderes comunistas chineses.

No que mudou o perfil russo com a Revolução Comunista? Em praticamente nada. Continuou autocrática com acesso ao poder regulado pelos processos de luta de bastidores; regime policial, com a conversão da polícia secreta da Okrana em GPU; a mesma sustentação militar; o mesmo expansionismo. Mudou apenas a mensagem: ao invés da Terceira Roma da Santa Madre Rússia (tirada da alma do mujique), a "Revolução Mundial do Proletariado" (que se não é de fundo religioso, é também de fé, igualmente dirigida à massa do povo). A mensagem tsarista, dirigida à alma, e a comunista, ao ventre. Que o pragmatismo de Stalin, por motivos táticos, para não lhe criar problemas internacionais, circunscreveu às fronteiras russas, servindo-se do argumento da oportunidade para se livrar, no *front* interno, do seu rival mais perigoso Trotsky — que ele fazia questão de tachar como visionário, como campeão da Revolução Mundial.

São essas, em suma, a força e as debilidades da Rússia como país, às quais devem ser somadas: as da URSS como regime, como filosofia política, que passamos agora a analisar de forma muito sumária para



concluir o seu perfil como aspirante à hegemonia mundial.

A mudança de regime, se por um lado trouxe promessas de melhores padrões de vida, da sociedade sem classes, da Rússia-Potência, propôs, por outro lado, teses que representaram truculentos truncamentos com a alma do povo e até mesmo com a natureza humana: a imposição de uma mentalidade coletivista a um povo essencialmente individualista, como prova todo um passado de grandes personalidades, de valor universal, na literatura, nas artes, na ciência (cujo surgimento num país atrasado culturalmente como era a Rússia só o valor individual explica). Esses valores desapareceram do cenário russo, porquanto, em nome do coletivismo, o Estado resolveu afogar o individualismo, traço do caráter nacional, só favorecendo a criação se enquadrada às premissas do novo regime, o que deu à inteligência russa o grotesco aspecto da literatura, das artes e da ciência "oficiais", voltadas a demonstrar as excelências do regime. (Eis aí a raiz da chamada dissidência dos intelectuais.)

A propositura do materialismo agnóstico a um povo essencialmente religioso, até fanático, apegado a seus ícones, que confiava num ente superior para proteger suas colheitas, cujas festas estavam ligadas à ortodoxia, representou ruptura violenta com o passado, de que as autoridades cedo se aperceberam que melhor seria arquivá-la. A maior evidência é a condecoração, em inúmeras ocasiões, do Patriarca de Moscou, quando os *panzers* alemães chegaram às suas portas, e os bata-

lhões russos acorriam às igrejas para abençoar as suas bandeiras, quando os ícones voltaram a ocupar seus lugares, como se a Santa Madre Rússia naquele momento tivesse ressurgido.

A abolição da propriedade privada (contrária à natureza humana), ainda que gradual, retirou do homem o interesse de produzir, acarretando a queda dos níveis de produção, levando os responsáveis pelo regime a buscarem artifícios que salvassem a face da teoria, a instituir prêmios, bônus, jardins particulares onde os camponeses pudessem produzir para si mesmos e levar seus produtos ao mercado, responsáveis por quase dois terços da produção agrária.

A promessa de uma sociedade sem classes apresentou-se com a substituição da classe dominante por outra – a dos burocratas – que criaram para si regalias que condenavam no regime tsarista.

Tudo isso tinha sido previsto por aqueles com capacidade de penetração no seu esquema teórico para enxergar-lhe as contradições internas. Trotsky, em suas reflexões, deduziu praticamente todos, como ilustram os papéis e documentos que sua viúva vendeu à Universidade de Columbia (se não me engano), com as suas dúvidas que vieram a ser os pontos de partida para toda uma literatura revisionista (a começar pela "nova classe" de Djilas e todos os que o sucederam na autocrítica da filosofia), bem como de uma série de críticas operacionais (que, se não afetam a teoria, desnaturam a sua essência).

Essas são debilidades internas que enfraqueceram a coesão do nú-



cleo de poder soviético durante a guerra, quando populações inteiras colaboraram com o inimigo e foram maciçamente transferidas para outros quadrantes do país. Algumas dessas debilidades o regime não suportou quando aplicadas fora das suas fronteiras, e eclodiram com violência na Hungria, na Tchecoslováquia e na Polónia, onde, além de provocarem descontentamentos, sofreram testes quanto a seu mérito, e sobretudo quanto à aceitação do primado do comunismo como doutrina internacional, sobre a estrutura nacional de países que foram compelidos a integrar o Bloco Soviético: internacionalismo *versus* estado nacional, ou, melhor dizendo, a lealdade do indivíduo a uma doutrina ou à nação. A força de catequese que a diplomacia soviética injeta no conteúdo de sua política externa (instrumento vital para a conquista de novas áreas de influência) não repousa na doutrina em si, mas na exploração das debilidades da filosofia do regime antagônico, na sua distorção, de modo a fortalecer, onde são permitidos, os partidos comunistas nacionais ou as correntes de opinião que não os hostilizam. Os exemplos são demasiado notórios para que precisemos citá-los. Os embates desse tipo se dão com a URSS assumindo postura anticolonialista, aproveitando sempre os vácuos de poder onde quer que se produzam.

Dentro da limitação de espaço de que dispomos, seria longo descrever a técnica de infiltração na China, no Oriente Médio, na África e na América Latina. Dessa forma, passemos agora a examinar os Estados Unidos como o outro bloco de

poder da confrontação, com vistas a traçar-lhe o perfil.

## O PERFIL DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos, na sua origem, são um misto de três núcleos: o da Nova Inglaterra, o de Nova York e o da Virgínia.

O primeiro, de feição religiosa, calvinista, dos "Peregrinos do Mayflower" que chegaram à nova terra sacudindo o pó das sandálias para esquecer o que tinham, sem nenhuma saudade, deixado na Europa. Gente austera, frugal, rigorosa e tão intolerante, que os seus integrantes não se entenderam e se fracionaram: um grupo foi para Boston, outro para Rhode Island, e outro para Connecticut. É esse que dá à nova nação o seu ideário: de um lado, a liberdade individual, o perfeccionismo, o pequeno detalhe, e, de outro, a disciplina, a ordem e o sentido comunitário, a obrigatoriedade do respeito à lei, e, sobretudo, o sentido da responsabilidade de cada um perante a sociedade. É o que se arrogou o direito de liderança, onde surgiram as primeiras universidades, o que se assenta na pequena propriedade rural, na valorização do trabalho, da poupança, dos valores espirituais, mas que, paradoxalmente, se constitui em grupo elitista, que fez questão de se afirmar por seu valor intelectual.

O de Nova Iorque (estrangeiro, holandês, muito infiltrado de outro tipo de perseguido religioso, o judeu) ia valorizar os aspectos mercantis, a propriedade privada, e empalmar a



liderança econômica do país ao dar-lhe o sentido de empresa.

O do Sul — da Virgínia —, de inspiração colonial, dependente da metrópole, sem pruridos de independência, vinha à nova terra, não como dissidente da cultura nem como minoria religiosa, mas tão-somente como indivíduos em busca de oportunidade e fortuna. Daí a sua conceitualização de democracia como igualdade de oportunidade, e não de igualdade social. Esse núcleo se via como complemento da Metrópole, que, para funcionar como celeiro de produção de matérias-primas (de fumo, de arroz, de algodão, de anil), buscou a *plantation*, a grande propriedade rural, e, por isso, a estrutura copiada do modelo escravagista das Antilhas. Foi esse o responsável por uma estrutura social diversa do Norte e pela arrancada expansionista dos Estados Unidos, pois foi da Virgínia, das Carolinas, da Geórgia que seus colonos desceram na direção do Mississípi e do Golfo do México. Foi esse o que rompeu, em 1763, o cerco francês (que ia do Canadá ao Golfo), e treze anos depois, com a Independência, aceitou tomar parte na síntese com os outros dois núcleos. Isso só foi possível por causa de uma série de conceitos ou princípios que partilhavam em comum: liberdade individual, propriedade privada, responsabilidade comunitária, igualdade de oportunidades, representação da vontade popular, defesa do indivíduo contra a opressão do Estado, e de que não podia haver imposto sem o consentimento do contribuinte. Mais do que isso, o sentimento comum de que o cidadão não tem só o direito, mas a

obrigação, de cobrar eficiência e competência do Estado, o qual só existe para atender ao indivíduo, para prestar-lhe serviços, pois o cidadão e o contribuinte se confundem.

Se comungavam todos desse conjunto de idéias, não aceitavam a idéia de um poder central a lhes ditar normas de vida uniformes que não respeitassem o chamado *self government* (a capacidade dos Estados Unidos de se governarem a si próprios). Assim, em respeito à liberdade e à iniciativa individual, o compromisso nacional teve de resguardar cada província e de lhe dar ampla liberdade para legislar em matéria civil, penal e fiscal. A União tomou a forma confederativa, seus Estados com ampla liberdade de ação (característica que, apesar da implantação gradual do federalismo, os Estados Unidos conservam até hoje). Duas questões, entretanto, levariam a nação à beira da desintegração: o escravagismo e o livre-cambismo do Sul, em oposição ao abolicionismo e ao protecionismo do Norte. Que não são senão diferenças que tiveram no batismo: um, no Norte, de trabalho assalariado e caro, portanto, protecionista; e outro, no Sul, de trabalho escravo e barato, logo, livre-cambista (que não podia aceitar que fosse obrigado a comprar no Norte a preços muito mais elevados do que pagaria no estrangeiro). O banho de sangue da Guerra de Secessão foi o alto preço que tiveram de pagar para consolidar a unidade nacional.

A vocação expansionista era, também, comum a todos, e a descoberta do ouro na Califórnia fez os americanos atravessarem o Missis-



sípi em grande número e chegarem ao Pacífico. Partindo do núcleo original das treze colônias de 2,2 milhões de  $\text{km}^2$ , o país, em 70 anos, chegou à invejável área de 7,8 milhões de  $\text{km}^2$  (3,5 vezes maior do que a sua área original).

O seu comportamento internacional até 1860/70 caracterizou-se fundamentalmente pelo "esplêndido isolacionismo", pela observância de uma regra invariável: o não envolvimento do país em problemas internacionais, para que pudesse concentrar-se quase que exclusivamente na tarefa de construir a nação, sem o que não teria sido possível a sua colossal expansão territorial. As questões internacionais em que se meteram têm a ver exclusivamente com a sua expansão territorial: a compra da Louisiana a Napoleão (1803), a mais importante das suas aquisições territoriais; a da Flórida (1819), que marca sua presença no Caribe; e a anexação dos territórios mexicanos na guerra com o México (1848), que não é senão a consequência de haverem, pela aquisição da Louisiana, atravessado a linha do Mississípi: ultrapassada aquela linha, descoberto o ouro na Califórnia e iniciado o *gold rush*, nada foi capaz de deter os americanos senão as águas do Pacífico.

E por essa razão que o exame dos envolvimento americanos em problemas europeus ou latino-americanos que não sejam do seu interesse direto não são espontâneos e atendem a provocações. A guerra contra a Inglaterra, em que se viram envolvidos, é o resultado da recusa de alinhar-se no duelo da França bonapartista com a Inglaterra e de

insistir na neutralidade estrita e no seu direito de comerciar com os dois beligerantes. A própria Doutrina Monroe, tal como enunciada nessa mesma ocasião, não correspondeu ao sentido amplo de uma aliança continental do sonho bolivariano, por ser expressão mais do seu interesse direto e imediato de se opor à Santa Aliança, ao desejo da Espanha de, por maquinações européias, reconquistar suas colônias perdidas na América (especificamente o México), o que poderia afetar a sua integridade territorial. Daí a indiferença dos Estados Unidos às intervenções européias no Prata, e às intimidações britânicas ao Brasil durante a campanha que os cruzadores britânicos fizeram contra o tráfico negreiro no nosso litoral.

Só se afastam do "esplêndido isolacionismo" quando, ao tornar-se a nação madura, processa, pelo banho de sangue da Secessão, a unidade nacional: quando se pacifica internamente e compreende a necessidade de articular suas duas costas e de atuar no Caribe (de vez que a articulação tem um ponto óbvio, o istmo do Panamá) e seu colário necessário, de um ponto de vista geopolítico: a segurança do Caribe como essencial à sua própria segurança e a consideração das três grandes ilhas das Antilhas — Porto Rico, Haiti e Cuba — como partes essenciais à defesa do Canal. Teve de sair de sua indiferença latino-americana ao opor-se à expedição militar francesa ao México de 1867, de apoio a Maximiliano (em que o General Grant pensou até em utilizar a força se falhasse o esforço de Seward no trabalho de pressão di-



plomática de induzi-lo a abandonar o México); ao negociar a compra do Alasca (1867) para afastar as pretensões russas na costa do Pacífico; ao entabular a compra das "Índias Ocidentais Dinamarquesas" (Ilhas Virgens) e de São Domingos em 1870 (ambas as negociações recusadas pelo Senado); ao apoiar as insurreições de Cuba, reconhecendo-a como beligerante (o que iria engajá-los na guerra hispano-americana).

Abraçam a doutrina do "Destino Manifesto" no único momento em que a sua política externa toma a ofensiva, quando surgem declarações, como as do Presidente Hayes, ao se opor a um canal no Panamá controlado por europeus (sob a alegação de que seria virtualmente o de uma parte da linha costeira dos Estados Unidos); e reformulações da doutrina pan-americana, no Congresso de 1890, em que propuseram a construção de um sistema ferroviário e bancário, o incremento das relações comerciais e a adoção da solução pacífica das controvérsias (em que se aplicam a mediar entre o Chile e o Peru, empenhados na Guerra do Pacífico).

A expansão internacional dos Estados Unidos, entretanto, como nação madura, já com 76 milhões de habitantes, em 1900, não tomou a direção natural do Atlântico (onde nascera, onde tinha todas as suas afinidades culturais, de onde viera todo o capital para o seu desenvolvimento), talvez porque a presença da Inglaterra e das nações européias não deixasse espaço para uma presença americana significativa, nem mesmo na direção continental, de sua órbita americana, com a qual ti-

nha, sem dúvida, senão culturais, grandes afinidades políticas. Foi, surpreendentemente, canalizar-se (dada a guerra hispano-americana) no Pacífico, expressa no Acordo Tripartite das Ilhas Samoas (1889), na anexação do Havaí (1898) e das Filipinas, e na proclamação da doutrina Hay do *Open Door* para a China (onde assumiram postura crítica e agressiva à política imperialística dos países europeus).

A tão criticada política do *Big Stick* no Caribe (com a anexação de Porto Rico e a imposição de um protetorado sobre Cuba) não revela senão sua preocupação com o canal, como área-chave de sua projeção no Pacífico. Tanto assim que defendeu a Venezuela na questão com a Inglaterra, na disputa secular da sua fronteira com a então Guiana Britânica, forçando a arbitragem que a Inglaterra declinará de aceitar, tendo o Presidente Cleveland declarado que a recusa britânica era, na verdade, uma tentativa de controlar a Venezuela por intimidação, contrária à sua interpretação da Doutrina de Monroe (isto é, dando àquela doutrina aceção mais próxima da conceituação latino-americana, transparente na declaração do seu Secretário de Estado Richard Olney: "Hoje os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e o seu *fiat* é lei para aqueles que quiseram com ela se interpor").

Transparece também na disposição dos Estados Unidos de não permitir nenhuma interferência européia no Caribe, face à Venezuela, à República Dominicana e ao Haiti, por terem acumulado grandes dívidas com países europeus. Vítimas



de bloqueio por parte da Alemanha, Inglaterra e Itália, a posição dos Estados Unidos foi clara: não admitiria qualquer expedição punitiva europeia que resultasse em aquisições territoriais. Foi quando se chegou à solução de administrar as alfândegas em São Domingos e Haiti para garantir o pagamento daquelas dívidas.

A Primeira Guerra Mundial encontrou os Estados Unidos, como "potência de atuação no Pacífico", absorvidos na sua expansão nas Filipinas, nas ilhas Salomão, no Havaí, em grande atividade na China (a braços com a insurreição dos Boxers), tendo participado da expedição militar dos países ocidentais em auxílio ao regime de Pequim, com o seu protesto enérgico contra as demandas exageradas da Rússia e liderando as negociações que obrigaram aquele país a evacuar a Mandchúria e assumindo o papel de árbitro da paz na guerra russo-japonesa. A sua primeira reação em relação ao conflito europeu foi de estrita neutralidade combinada com a "liberdade dos mares", tal como no passado. O Presidente Wilson, em 1914, recomendou ao povo americano que permanecesse neutro "não somente nos atos como também nas palavras e nos pensamentos". Sua posição não se perturbou, nem com os atos de sabotagem perpetrados por agentes da Alemanha e da Áustria contra fábricas de armamento e de munição norte-americanas, nem como o afundamento do *Lusitânia* (1915), do qual resultou a perda de 139 vidas americanas. Os Estados Unidos limitavam-se a protestar, exibindo uma postura diplomática passiva,

satisfazendo-se com as promessas alemãs de que "nenhum navio seria mais afundado sem aviso, e assegurada a oportunidade de salvar as vidas dos nacionais não-beligerantes". A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, e, portanto, o seu ingresso no grande pólo de poder do Atlântico, deu-se contra a sua vontade, pela impossibilidade de manter sua neutralidade face às agressões dos poderes centrais. Surpreenderam a Europa (e, talvez, a si próprios) ao decidirem a sorte da guerra em favor dos Aliados. Ganharam a guerra, mas perderam a paz, ao surgirem com uma proposta de paz ingênua, idealista, construída em linhas jurídicas, típicas do Direito Internacional Americano, moralista, inadequada e inaceitável na Europa (onde não se a concebia como construção jurídica, e sim em molde essencialmente político, fundado no equilíbrio de forças). Era inaceitável para as velhas raposas europeias, motivando a irritação de Clemenceau, destilando o veneno de sua ironia, ao comentar, que "Deus precisara de apenas dez mandamentos, enquanto o senhor Wilson necessitava de 14 princípios". O que ocorreu, todos sabem: Wilson, desapoioado pelo Congresso, teve o supremo vexame de ver os Estados Unidos impedidos, pelos congressistas, de participarem da sua principal criação diplomática — a Liga das Nações — e a Europa, fiel à sua estratégia de força, da *real politik*, impor aos vencidos o Tratado de Versalhes.

Recusada a sua filosofia no concerto europeu, os Estados Unidos retiraram-se politicamente do



cenário europeu, só permanecendo com o seu peso econômico, como consequência da sua posição credora (tais as dívidas contraídas pelos beligerantes), escapando a muitos observadores que esse é o momento supremo do país, pois a sua prosperidade econômica é tal, que os Estados Unidos, vencedores e credores, nacionalizam a sua economia. Economia feita à base de investidores estrangeiros (que aliviam o campo mais lucrativo para as suas aplicações), a economia alimentada pelas subsidiárias européias, com a guerra, inverteu o processo: as subsidiárias passaram a matrizes, servindo as dívidas de guerra como mola dessa transformação. Daí por diante, se a sua liderança política é recusada por ser inadequada, a sua liderança econômica, financeira e comercial torna-se incontestável. A capital financeira do mundo transfere-se da City para Nova York, o país assume um desenvolvimento de dinâmica nunca visto, de economia massificada, ressurgindo, como característica tutelar, o espírito do núcleo de Nova York: da nação como empresa, do dirigente não como político mas como gerente, da deificação da eficiência, de uma nação que criada, na sua origem, na observação de valores espirituais (do núcleo dos peregrinos calvinistas e dos Quakers, os que tremiam de fé), deságua num país que, pelo seu espantoso desenvolvimento, pela produção em massa, acaba por magnificar os valores materiais do conforto, do padrão de vida elevadíssimo, do consumo fluente.

Já na Segunda Guerra Mundial, a postura diplomática continua pas-

siva, repete-se a "neutralidade" e a "liberdade dos mares" como posição clássica, e sua intervenção se dá, como no conflito mundial de 1914/18, em função da sua posição de potência no Pacífico e do ataque japonês a Pearl Harbor. De novo, decide a sorte da guerra na Europa e no Extremo Oriente e, na paz, continua a atender à URSS na medida da sua participação no conflito; e a sua confiança na obtenção da paz por meio de instrumentação jurídica (a revisão da Liga das Nações com o surgimento das Nações Unidas), e fiel à sua concepção econômica de poder: uma miríade de agências especializadas para tratar das relações econômicas nacionais (UNRRA, UNESCO, GATT etc.).

A diferença da postura diplomática na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais é que "o vácuo de poder" no Atlântico pelo declínio da Inglaterra, pela descolonização (outro princípio que os Estados Unidos fizeram questão de sustentar mesmo contra as reclamações dos seus aliados colonialistas), determinou o abandono para sempre do "isolacionismo", por ter, dessa vez, assumido a hegemonia do Atlântico e o papel inofismável de potência de primeiro plano. Tiveram, por necessidade lógica, de se manter na ocupação militar da Europa e de fixar as suas fronteiras em Berlim, como forma de preencher o vácuo de poder no Atlântico Norte.

A Segunda Guerra Mundial — é importante observar esse fato nem sempre apreciado pelos especialistas — levou os Estados Unidos, com Franklin Roosevelt e Nelson Rockefeller, a dar uma versão da Doutrina



Monroe muito próxima da concepção bolivariana: de aliança continental, de *entente* política e arranjo coletivo de defesa, e a tentar, nos anos que se seguiram ao Conflito, ensaiar a colaboração econômica com a América Latina (ou seja, mal ou bem, o reconhecimento da importância do Continente americano na confrontação internacional).

## CONCLUSÃO

A conclusão que se impõe, ao colocar um diante do outro os perfis internacionais dos Estados Unidos e da Rússia Soviética dentro de uma conjuntura de bipolaridade do Poder, da tendência à globalização, da vertiginosa disparidade de poder dos antagonistas em relação a terceiros, e da paridade de forças entre si, é que se trata de uma confrontação diplomática (pela escolha, por ambos, da via de menor risco, em que as ações decisivas se darão por excelência na periferia, nas áreas de grande valor estratégico, buscando-se o desfecho final pelo isolamento gradual do adversário).

É um confronto entre duas nações que recentemente assumiram o *status* de potência: uma, de tradição européia, que valoriza o poder como força militar, confiante numa estratégia de massa, com postura tradicionalmente ofensiva, valorizando a iniciativa do ataque e extremamente habilidosa na exploração das debilidades não só do adversário mas, sobretudo, de terceiros países da periferia, pronta a promover o

desgaste da imagem do oponente. E outra, de tradição americana, que joga com o Poder, especialmente com sua componente econômica, financeira e comercial, numa postura defensiva, cuja preocupação tem sido manter e conservar a sua esfera de influência, especialmente em, áreas vitais (Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente), sem descuidar de áreas como o Caribe, a África e a América do Sul, que podem emergir, de um momento para outro, como de alto valor estratégico (conforme a direção que tomar a confrontação diplomática).

A impressão que se tem é de que uma tenta estender a confrontação na periferia, e outra, receosa do desgaste, tenta concentrá-las nas áreas até então de maior valor estratégico, mantendo-se apenas vigilante nas que considera como menos iminentes ou perigosas.

Numa confrontação em que já assinalamos o valor da qualidade sobre a massa ou a quantidade, terá importância crucial nos aspectos de poder, de força, não só a qualidade dos arsenais, como também a qualidade das lideranças, nos seus aspectos de luta ideológica na periferia, na capacidade que tiverem os dois blocos em confronto de, com processos adequados, usando, aqui e ali, os recursos diplomáticos apropriados – os comerciais, os financeiros, os políticos, os psicossociais, raciais, religiosos –, estabelecer relações que atendam às aspirações legítimas das áreas periféricas, como condição necessária a ampliar suas alianças.





*Emb. GERALDO DE HERÁCLITO LIMA – Possui o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco. É Bacharel em Economia pela Universidade de Shophia, Toquio, e Professor de Economia e Comércio Internacional na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (e AG). Dentre numerosos encargos, exerceu os seguintes: Terceiro e Segundo Secretário na Embaixada do Brasil em Tóquio, Japão; Assistente do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear para assuntos internacionais; Primeiro Secretário na Embaixada do Brasil em Ottawa, Canadá; Chefe da Divisão da Europa Oriental (e Chefe da COLESTE), no Ministério das Relações Exteriores; Chefe da Divisão das Nações Unidas, MRE; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil e Encarregado de Negócios do Brasil em Bonn, República Federal da Alemanha; Embaixador do Brasil em Lagos, Nigéria. Além disso, é detentor de várias condecorações estrangeiras.*

# TRANQUILIDADE

É O QUE VOCÊ  
CONQUISTA QUANDO  
SE ASSOCIA AO GBOEX.



**GRÊMIO  
BENEFICENTE**